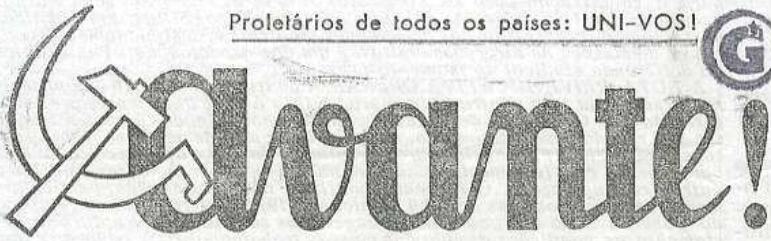


Proletários de todos os países: UNI-VOS!



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



UNIDADE NA ACÇÃO PARA A CONQUISTA DA LIBERDADE pelo fim imediato da guerra colonial

1

As propostas do governo M. Caetano à assembleia nacional, no prosseguimento da demagogia «liberalizante», confirma a continuação e o agravamento da crise do regime e das suas contradições internas e traduzem um novo recuo político do fascismo, imposto pela luta do povo português, pela luta dos povos de Guiné, Angola e Moçambique e pela pressão da opinião pública internacional.

Esforcando-se por apagar ou atenuar, com certos ajustamentos, alguns dos aspectos exteriores mais odiosos da sua política; procurando criar a ilusão, no país e no estrangeiro, de que a liberdade de imprensa é restabelecida, de que poderão ficar finalmente garantidos os direitos dos cidadãos demagogicamente inseridos no artigo 8º da Constituição fascista, mas nunca aplicados pelos sucessivos governos da ditadura, e de que se abrirá, com a «autonomia» das colónias, o caminho para a solução da guerra colonial;—o governo, com as suas novas «reformas», continua a ter, como principais objectivos, semear a expectativa, enfraquecer a luta popular, atrair os sectores mais vacilantes da Oposição ao colaboracionismo, alargar as bases de apoio do regime, amortecer o vasto movimento da opinião pública internacional contra o colonialismo português e, entretanto, reforçar as estruturas fascistas do Estado e prosseguir, com novos instrumentos de acção, a exploração e a guerra colonial.

Desmentindo com cinismo a sua própria demagogia, nas vésperas da apresentação das propostas à Assembleia Nacional, o governo deu mais um passo na escalada da aventura colonialista com a agressão contra a República da Guiné. A mentira da «liberalização» confirma-se ao mesmo tempo na repressão das comemorações do 5 de Outubro, nos julgamentos nos Tribunais Plenários de democratas acusados de actividades legais, na demissão arbitrária da direcção do Sindicato dos metalúrgicos, na restrição do exercício do direito de reunião nos Sindicatos Nacionais e nas associações em geral, na multiplicação de medidas de intimidação e de repressão das lutas reivindicativas dos trabalhadores, das manifestações de rua, das actividades sindicais, juvenis e estudantis, assim como de iniciativas e actividades culturais.

São de combater firmemente quaisquer ilusões de que M. Caetano se propõe levar a cabo um real processo de «liberalização», «democratização» e «descolonização».

A ditadura fascista, o colonialismo e a guerra colonial continuam. Não serão os fascistas, mas o povo português e os povos das colónias portuguesas que lhes porão fim.

2

O FIM DA DITADURA FASCISTA E A INSTAURAÇÃO DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS é o objectivo central da luta do povo português na actual situação, é o passo primeiro e indispensável para a solução de todos os grandes problemas nacionais.

Uma das finalidades da demagogia de M. Caetano (com ligeiras concessões nuns casos, com mudanças de nomes noutros, com «reformas» demagógicas e promessas de novas «reformas») é fazer crer que os próprios fascistas pretendem levar a cabo uma tal modificação política, através do processo evolutivo e progressivo de «liberalização» e «democratização».

Mais de dois anos de demagogia «liberalizante» desmascararam, porém, inteiramente a sua natureza e objectivos.

O governo mudou o «dissolução da PIDE», procurando desarmar politicamente o grande movimento popular que exigia a dissolução desse instrumento odiado da repressão fascista. Mas a PIDE continuou a coberto do novo nome DGS.

O governo mudou o nome da «UNIÃO NACIONAL» para «Acção Nacional Popular». Incapaz de atrair à União Nacional «renovada» os sectores mais vacilantes da Oposição, estimula agora a formação, no quadro da ditadura, de novas organizações «alargadas» a sectores não fascistas (SEDES), procurando assim enfraquecer a luta contra o regime do partido único. Continua entretanto a negar à Oposição o direito à intervenção na vida nacional e continua a proibir e a reprimir quaisquer actividades democráticas.

O governo decretou a abolição da HOMOLOGAÇÃO DAS DIRECÇÕES dos SINDICATOS NACIONAIS. Mas não só logo instituiu um sistema de homologação prévia, como continuou e continua a impedir a livre prestação dos sindicatos pelos associados, a organizar burras eleitorais, a não em-

HÁ 11 ANOS

No ano do 50º aniversário do P.C.P., recordamos a fuga de Peniche. Foi há onze anos, no dia 3 de Janeiro de 1960. No fim da tarde desse dia, conquistaram corajosamente a liberdade os camaradas Alvaro Cunhal, Joaquim Gomes, Jaime Serra, Francisco Miguel, Pedro Soares, Carlos Costa, Rogério de Carvalho, José Carlos, Guilherme da Costa Carvalho.

A fuga é uma afirmação da coragem indomável destes camaradas, mas não é menos uma afirmação da capacidade de organização do Partido Comunista Português, do seu profundo enraizamento nas massas trabalhadoras, do seu prestígio entre o povo. Lembrando a fuga histórica de Peniche, não podemos esquecer que três dos camaradas que nela participaram—Rogério de Carvalho, José Carlos e Guilherme da Costa Carvalho—caíram de novo nas mãos do inimigo e encontram-se presos há anos já. Apetamos a luta pela sua libertação.

possar e a demitir direcções eleitas pelos trabalhadores, a nomear comissões administrativas.

Na continuidade desta política demagógica que, confirmando as previsões do P.C.P., o governo apresenta agora espectacularmente na Assembleia Nacional as PROPOSTAS DA «LEI DE IMPRENSA E DE ALTERAÇÕES À CONSTITUIÇÃO FASCISTA».

A PROPOSTA DA «LEI DE IMPRENSA» visa inutilizar e paralisar o grande movimento nacional pela abolição da Censura. Declarando formalmente a abolição da Censura (que aliás mantém «a título excepcional» com o novo nome de «exame prévio»), o governo pretende instituir um sistema de controlo, intervenção, intimidação e incriminação que, a ser aprovado e aplicado, poderá restringir ainda mais o direito de informação e os limites da expressão da opinião. O estabelecimento do controlo fascista sobre numerosas publicações que até agora se têm mantido fora da alçada da censura, a declaração das fontes oficiais de informação como únicas reconhecidas, a obrigatoriedade da publicação de notas e documentos das mais diversas entidades oficiais, o sistema de responsabilização de directores, editores e redactores, são «alçapões» que dão larga margem ao arbitrio fascista.

A ABOLIÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA é outra grande reclamação nacional. Nas propostas de alterações à Constituição, o governo anuncia apenas a limitação da sua aplicação, mantendo-as efectivamente em vigor, em termos que lhe permitem não alterar nas situações de facto.

O mesmo em relação à AMNISTIA. Com a proposta de alteração da Constituição, que lhe confere explicitamente o direito de decretá-la, o governo insinua que projecta fazer proximamente uso desse direito, procurando assim criar a expectativa e refrear o amplo movimento pela Amnistia.

O carácter demagógico é também evidente nas alterações relativas à PRISÃO PREVENTIVA E SEM CULPA FORMADA. Embora limitando os casos em que podem ter lugar, a legalização da prisão preventiva para casos de «perigosidade» política e da prisão sem culpa formada e sem mandado escrito nos casos de «quase flagrante delito», dará cobertura legal a todas as arbitrariedades policiais.

Seria um erro grave qualquer ilusão acerca do carácter demagógico destas propostas, do seu alcance e dos seus objectivos. Mas seria também um erro subestimar a importância do recuo político do fascismo no que respeita ao direito de informação, às medidas de segurança, à prisão preventiva. Esse recuo é consequência directa da luta das forças democráticas e das massas populares e abre novas possibilidades de acção política antifascista.

FACE À NOVA OPERAÇÃO DEMAGÓGICA DE M. CAETANO, A TAREFA É DESMASCARAR AS «REFORMAS» PROMESSAS DE «REFORMAS» DO GOVERNO, VOTAR CONTRA OS FASCISTAS A SUA PRÓPRIA DEMAGOGIA, LUTAR PARA QUE AS CEDÊNCIAS EM PALAVRAS SE TORNEM CONCESSÕES DE FACTO, INSISTIR FIRMEMENTE NAS RECLAMAÇÕES DEMOCRÁTICAS E MOBILIZAR AS MASSAS PARA LUTAR POR ELAS.

O POVO PORTUGUÊS EXIGE A ABOLIÇÃO EFECTIVA E COMPLETA DA CENSURA, A ABOLIÇÃO EFECTIVA DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA E DOS TRIBUNAIS PLENÁRIOS, A AMNISTIA, A LIBERTAÇÃO DE TODOS OS PRESOS POLÍTICOS, A DISSOLUÇÃO EFECTIVA DA PIDE, O TERMO DOS ARBITRÍOS POLICIAIS E DOS ABUSOS DE AUTORIDADE, que encontram nas propostas caetanistas larga margem de aplicação.

Desmascarando as «reformas» caetanistas, as forças democráticas insistem e insistirão até à vitória na luta para POR FIM A DITADURA FASCISTA, NA LUTA PELOS DIREITOS E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS: LIBERDADE DA IMPRENSA, LIBERDADE SINDICAL, DIREITO A GREVE, DIREITO DE FORMAR PARTIDOS POLÍTICOS, DIREITO DE ORGANIZAÇÃO, REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO.

M. Caetano afirma que as suas «reformas» são o caminho «para a normalidade», para a solução do problema político português. A verdade é que, na situação presente, a solução do problema político português significa antes de tudo o derrubamento da ditadura fascista e a conquista da liberdade.

3

A guerra colonial é um empreendimento criminoso condenado ao fracasso. A derrocada do sistema colonial é um fenómeno irreversível. Aproxima-se o dia em que os colonialistas serão forçados a bater em retirada. A luta libertadora dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique só terminará pela conquista da sua independência.

Defendendo os seus sórdidos interesses, os colonialistas obstinam-se, porém, na sua política de dominação e de guerra. M. Caetano não só prosseguiu a política colonial de Salazar como a reforçou em muitos aspectos. Aumentou os efectivos militares nas colónias; nomeou para altos comandos gerais de formação nazi como Spínola e Kaulza; intensificou as acções de terror e de diversão contra os

(cont. na 2ª pág.)

(cont. da 1ª pág.)

movimentos de libertação; aumentou as verbas para a guerra colonial; multiplicou, como o P.C.P. advertiu; as intrigas, conspirações e agressões contra Estados africanos vizinhos das colónias portuguesas, com vistas a destituir governos progressivos e anti-imperialistas, atingir as bases de apoio dos movimentos de libertação, rodar as colónias portuguesas com um «cordão de segurança».

A **agregação contra a República da Guiné** confirmou as advertências do P.C.P. e revelou os perigos para Portugal da política aventureirista do governo de M. Caetano. O fracasso estrondoso dessa agressão, o seu desmascaramento e condenação internacionais, a resolução do Conselho de Segurança da ONU, onde nem mesmo a Espanha franquista e países da OTAN como os Estados Unidos, a França e a Inglaterra ousaram apoiar Portugal, acentuaram o isolamento internacional do governo fascista e colonialista. A agressão contra a República da Guiné deitou por terra o trabalho diplomático laborioso tecido nos últimos tempos pelo governo de M. Caetano para apresentar o colonialismo português com uma nova face e pôs antecipadamente a nú o carácter demagógico das propostas agora feitas na Assembleia Nacional.

A declaração da «autonomia» das colónias e a admissão de que possam adoptar a designação honorífica de «Estados» representam é certo um recuo político dos colonialistas em comparação com a velha afirmação salazarista de que as colónias eram províncias tão portuguesas como o Minho e o Algarve. Este recuo é uma consequência directa da luta dos povos coloniais, da luta do povo português e da pressão da opinião pública internacional. É também absolutamente certo que o governo será forçado no futuro a novos e mais importantes recuos. Mas o significado essencial das medidas demagógicas agora anunciadas é que, por detrás delas, o governo visa prosseguir a política de dominação e de guerras coloniais.

A guerra colonial é um crime contra os povos africanos. Os morticínios das populações levantam justa indignação em todo o mundo. A política de rapina, de exploração e de guerra coloniais é contrária aos interesses do povo e da nação portuguesa. A nossa juventude é levada a matar irmãos africanos que nada têm contra o nosso povo. Milhares de jovens portugueses morreram já ou ficaram estropiados em defesa dos interesses dos exploradores coloniais, inimigos comuns do povo português e dos povos das colónias. Toda a vida nacional se ressentiu dos milhões de contos absorvidos pelas despesas de guerra. A guerra colonial acentua de dia para dia a dependência de Portugal do imperialismo estrangeiro.

O povo português exige o fim imediato da guerra colonial, a cessação imediata da política aventureirista de diversão, provocação e agressão contra os Estados africanos independentes, a abertura de negociações com os legítimos representantes dos povos das colónias portuguesas (concretamente: com os dirigentes do PAIGC, do MPLA e da FRELIMO), o reconhecimento do direito desses povos à completa e imediata independência.

Não existe qualquer outra solução para o problema colonial. Não se trata apenas dum movimento de solidariedade para com povos cujos interesses coincidem com os do povo português, cuja luta se dirige contra os mesmos inimigos do povo português: os opressores fascistas e colonialistas. Trata-se duma tarefa nacional e patriótica, uma vez que o povo português jamais poderá ser livre e independente enquanto os povos das colónias portuguesas o não forem também.

4

O MOMENTO POLÍTICO COLOCA À CLASSE OPERÁRIA, AO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO, A JUVENTUDE, OS INTELLECTUAIS, A TODAS AS FORÇAS ANTIFASCISTAS, A TAREFA DE RETOMAREM RÁPIDAMENTE A INICIATIVA NAS SUAS MÃOS.

A crise do regime, a acentuação das suas dificuldades e contradições internas, o seu isolamento internacional, continuam a oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento da luta popular.

O desmascaramento da demagogia «liberalizante» e das propostas do governo à Assembleia Nacional deve ser acompanhado dum sério esforço para consolidar e reforçar as diversas formas de organização operária, juvenil, democrática e para intensificar a acção política e a luta popular de massas.

O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO tem de tomar sem perda de tempo medidas para acentuar a reanimação que se tem ultimamente verificado depois de um período de perigosa estagnação. Urge vencer as tendências para a substituição de plataformas com os objectivos democráticos fundamentais da etapa actual por programas «socializantes» que afastam o movimento das suas tarefas imediatas e paralizam algumas estruturas em discussões intermináveis. Urge combater as tendências para a ilegalização do conteúdo da actividade de estruturas legais e semi-legais e para um funcionamento interno sem projecção nas massas. Urge combater as tendências para a multiplicação de estruturas e organismos que deboram energias e acabam por se paralisar uns aos outros. Urge colmatar as tendências para a acentuação voluntária das diferenças de opinião e mesmo para a rotura entre vários sectores políticos e regionais. Urge reforçar a unidade na base de objectivos de acção imediata.

As estruturas do movimento democrático (CDE), formadas em 1969 e mantidas apesar de todas as dificuldades, são um instrumento valioso, de momento insubstituível, da acção política antifascista. A realização, tão pronta quanto possível, com a participação das diversas estruturas existentes nas várias regiões, de ENCONTROS NACIONAIS, em que, através de um fraternal confronto de ideias, se procure UMA PLATAFORMA COMUM DE ACÇÃO IMEDIATA na base da qual se reforce a cooperação entre todos os sectores, é um passo indispensável para que o movimento democrático, tendo em conta as diversidades de opinião e as particularidades da situação nos diversos distritos, possa arrancar com êxito para uma nova ofensiva política de amplitude nacional.

A LUTA NOS SINDICATOS NACIONAIS tornou-se uma importante frente da luta operária e antifascista. É tarefa urgente dinamizar o movimento de massas, multiplicar assembleias e concentrações nos sindicatos e, naqueles em que houver eleições, organizar listas de confiança dos trabalhadores e mobilizar as massas para a sua eleição e defesa. É necessário combater firmemente as tendências, tanto para a contestação da actividade nos SN e para a «teorização» e «políticação» da acção das direcções, como para uma actividade burocrática substituindo-se a uma actividade de massas,

para a canalização para os sindicatos das lutas nas empresas e para a aceitação fácil das pressões do aparelho corporativo. A luta dos trabalhadores contra a repressão das actividades sindicais e, designadamente, contra as demissões de direcções eleitas, é um dos aspectos mais importantes da actividade sindical no momento presente.

A LUTA REIVINDICATIVA OPERÁRIA continua a ser uma das primeiras frentes da luta contra a ditadura. A luta à base das empresas e sob a direcção das Comissões de Unidade estreitamente ligadas às massas pode ter um rápido desenvolvimento. A carência de mão de obra em alguns sectores industriais e na agricultura (resultante da emigração maciça de trabalhadores) cria favoráveis condições para a luta por melhores salários e outras reivindicações. O aumento contínuo do custo de vida, particularmente sensível nos fins de 1970 e início de 1971, acompanhado do esforço do governo e do patronato para congelar os salários, estão a agravar seriamente as condições de vida das massas trabalhadoras. A situação exige uma resposta pronta e vigorosa da classe operária por aumento de salários, contra o aumento do custo de vida.

O MOVIMENTO DOS ESTUDANTES cujo desenvolvimento tem sido prejudicado pelo verbalismo pseudo-revolucionário, pela «contestação pela contestação» de raiz anarquista, por tendências para a substituição das acções de massas pela intervenção de «minorias activas», pode de novo expressar-se em amplas e poderosas acções assentes no movimento associativo e dinamizadas por objectivos concretos a atingir.

O MOVIMENTO DA JUVENTUDE TRABALHADORA tem também, nos núcleos locais e regionais, base para um rápido progresso que pode ser assegurado através da luta contra a longa aprendizagem e por promoções de acordo com a qualificação profissional, pelo direito a salário igual para trabalho igual, pelo direito ao estudo, pelos direitos sindicais da juventude, contra a guerra colonial, contra a repressão e pelas liberdades democráticas, pelo convívio e confraternização progressistas.

O MOVIMENTO PELA AMNISTIA E DE SOLIDARIEDADE AOS PRESOS POLÍTICOS, cujos sucessos são de sublinhar, tem condições para se tornar um grande movimento nacional organizado na base da autonomia orgânica e da mais ampla unidade.

Em todas as frentes e sectores, o desenvolvimento da luta popular EXIGE FIRME COMBATE CONTRA AS MANIFESTAÇÕES OPORTUNISTAS DE DIREITA E ESQUERDISTA: contra o recrudescimento (em torno das propostas à Assembleia Nacional) das ilusões acerca da demagogia «liberalizante»; contra as tendências para o colaboracionismo na SEDES; contra o legalismo, o menosprezo da actividade clandestina, o receio das acções de massas; contra o radicalismo pequeno-burguês que contesta a importância das formas legais e semi-legais de organização e de luta e que pretende substituir os objectivos concretos de acção por um verbalismo pseudo-revolucionário e por apelos irresponsáveis à acção violenta tendente ao terrorismo; contra as intrigas e operações de divisão e desagregação.

As «reformas» e promessas de «reformas» de M. Caetano, deve opôr-se a acção política da Oposição democrática, a luta de massas populares por objectivos concretos imediatos, designadamente, no momento presente, por aqueles cuja satisfação as «reformas» caetanistas visam inutil: O FIM DA GUERRA COLONIAL, A ABOLIÇÃO DA CENSURA, A ABOLIÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA, A LIBERTAÇÃO DE TODOS OS PRESOS POLÍTICOS, A AMNISTIA, A DISSOLUÇÃO EFECTIVA DA PIDE E DOS TRIBUNAIS PLENÁRIOS, O DIREITO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA A DESENVOLVER LEGALMENTE A SUA ACTIVIDADE.

5

O regime fascista atravessa há muito uma grave crise, resultante da luta convergente do povo português e dos povos das colónias portuguesas, do seu crescente isolamento interno e internacional, da sua incapacidade para resolver os problemas económicos e políticos que Portugal defronta, das contradições de interesses que acentuam as diferenças de opinião e os conflitos entre as camadas, grupos e clãs fascistas.

Foi o agravamento da crise do regime (acentuada pelo desaparecimento de Salazar) que levou à formação do governo de M. Caetano e à sua demagogia «liberalizante». É essa crise que obriga o governo a insistir numa tal política.

A demagogia «liberalizante» não significou, como experiência de mais de dois anos comprova, a renúncia à repressão fascista. A proposta de alteração à Constituição, segundo a qual o governo terá poderes para «declarar o estado de sítio provisório» e as recentes disposições que visam o alargamento dos efectivos das forças repressivas, revelam que M. Caetano prepara os dispositivos para desencadear uma grande ofensiva repressiva quando se sentir incapaz de conter por outra forma a luta popular.

A demagogia «liberalizante» significa pois, por um lado, um efectivo recuo político do fascismo, significa que o governo não pode mais fingir ignorar e silenciar muitas das reivindicações e reclamações democráticas e que procura (com cedências insignificantes, mudanças de nome, promessas e demagogia) abrandar, conter, reprimir a luta popular. Significa, por outro lado, que combinando a demagogia e a repressão, procura criar novas linhas de defesa e consolidar e fortalecer as suas posições, de forma a fazer frente no imediato à luta popular e, na perspectiva da agudização desta, preparar e planificar com tempo uma ofensiva repressiva em larga escala.

Daqui decorre a necessidade para as forças democráticas de, por um lado, aproveitarem todas as possibilidades de acção legal e semi-legal, para desenvolver a luta por reivindicações concretas imediatas, para obter vitórias parciais, para fortalecer a organização, para voltar contra o governo a sua própria demagogia, para transformar os recuos políticos do regime em derrotas efectivas da ditadura em tal ou tal aspecto da sua política; e, por outro lado, fortalecerem as suas estruturas clandestinas, as formas de organização e acção ilegais e revolucionárias, preparando-se para duras batalhas e tendo como perspectiva um confronto violento com a ditadura fascista.

A guerra colonial, a inexistência das liberdades mais elementares e a obstinação do governo em responder com a repressão, a violência, o arbítrio, aos anseios e reclamações do povo português, conduzirão necessariamente não à «ordem» e «tranquilidade» como diz M. Caetano, mas a uma agudização da luta. Ao contrário do que diz M. Caetano, não são as forças democráticas, mas a política do governo, que encaminha Portugal para a guerra civil.

A acção que, no dia 26 de Outubro, imobilizou no porto de Lisboa o navio «Cunene», utilizado em transportes para o exército colonialista em África, e as acções do dia 20 de Novembro, uma das quais

destruiu, novamente no porto de Lisboa, material e equipamento militar que tinham o mesmo destino não são acontecimentos acidentais, mas uma expressão do movimento popular e de algumas das suas fundamentais reclamações. O aparecimento da *Acção Revolucionária Armada (ARA)* na cena política é um acontecimento novo e positivo, que nada tem a ver com os verbalistas pseudo-revolucionários, que se cobrem de ridículo fazendo insistentes apelos à «violência revolucionária», sem que tenham capacidade e coragem para realizá-la. *O prosseguimento da guerra colonial e da sua política de repressão conduzirá inevitavelmente à maior frequência de acções desse tipo, ao desenvolvimento da luta antifascista nessa nova direcção.* Também nessa frente, só com o P.C.P., e não sem o P.P.C. e muito menos contra o P.C.P., a luta pode desenvolver-se com sucesso.

Entretanto, na situação presente, não são as acções violentas, mas as lutas de massas com objectivos concretos e imediatos, a direcção principal da luta contra o fascismo e o colonialismo. Isso é igualmente válido no movimento democrático, no movimento sindical, no movimento da juventude trabalhadora, no movimento estudantil, no movimento pela Amnistia, na luta reivindicativa dos trabalhadores. Nessa direcção, se deve concentrar o grosso dos esforços e das energias. *Importantes sucessos poderão ser alcançados a curto prazo em todas as frentes de luta, se tomando como direcção principal a mobilização das massas, se reforçar o trabalho da organização e a unidade de todos quanto consideram a ditadura fascista o inimigo principal e estão dispostos a dar-lhe combate.*

A unidade na acção é condição essencial para o desenvolvimento da luta popular de massas, para o êxito das lutas com objectivos imediatos em todas as frentes, para a vitória final. A unidade dos trabalhadores, dos estudantes, dos intelectuais, dos democratas, foi sempre e continua a ser, como toda a experiência de luta o demons-

tra, a melhor garantia do sucesso e da resistência à repressão fascista. Campanhas divisionistas e desagregadoras, animadas as mais das vezes pelo anticomunismo (venham de oportunistas de direita, venham de verbalistas de «esquerda») só servem o inimigo. A frente unitária alcançada em 1969 na acção comum de comunistas, católicos progressistas, socialistas, antifascistas de todas as tendências sem discriminações, deve ser consolidada e reforçada.

Consciente das suas responsabilidades, que lhe advêm do facto de ser o partido da classe operária e o único partido revolucionário existente em Portugal, o *Partido Comunista Português continua e continuará trabalhando incansavelmente para a unidade na acção, em todos os sectores de actividade e em todas as formas de luta, sempre pronto a unir as suas forças às de todos aqueles que realmente querem lutar para pôr fim à ditadura fascista, para conquistar a liberdade, para pôr fim à guerra colonial, reconhecendo aos povos das colónias portuguesas o direito à independência.*

No momento em que o governo de M. Caetano, com as «reformas» em discussão na Assembleia Nacional, lança uma nova operação demagógica com a qual espera fomentar a expectativa e a passividade, desorientar e dividir a Oposição, atrair ao colaboracionismo elementos mais vacilantes, refrear a luta popular, *as grandes tarefas imediatas são reforçar a unidade, desmascarar a política do governo, lutar para que as cedências em palavras se tornem concessões de facto, insistir firmemente nos objectivos democráticos, reforçar a organização em todas as suas formas, retomar a iniciativa política, chamar as massas à luta e criar condições para, o mais prontamente possível, passar à ofensiva.*

Janeiro de 1971.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

ALARGAR A ACÇÃO NOS SINDICATOS NACIONAIS Ofensiva dos trabalhadores, em defesa das direcções eleitas

As investidas da repressão caetanista no campo sindical encontram a resistência firme e unida dos trabalhadores.

Crece o movimento de apoio e solidariedade aos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa arbitrariamente destituídos dos seus cargos. Abaixo-assinados dos associados circulam no Baixo-Ribatejo, Oeste, Lisboa, zona de Venda Nova-Amadora e outros locais. Na empresa *Mague*, mais de 100 operários reúnem-se para serem informados sobre a arbitrária posição do governo. Nesta empresa e em muitas outras como a *Tudor, Ulic, Sorefame*, etc., os comunicados saídos da reunião inter-sindical de 15 de Novembro apareceram colados nas paredes.

1.600 metalúrgicos do Porto em Assembleia Geral, abordam a questão da solidariedade aos metalúrgicos de Lisboa e aprovam o envio de telegramas de protesto e solidariedade, respectivamente, ao ministro das Corporações e aos dirigentes sindicais atingidos pela repressão. A Comissão Sindical dos Metalúrgicos do Porto protesta junto do Presidente do Conselho através duma exposição com 30 assinaturas. No Porto, são ainda de assinalar o abaixo-assinado de protesto do Jovens Trabalhadores e um documento subscrito por «Um grupo de jovens operários e empregados» chamando à solidariedade aos metalúrgicos de Lisboa.

Inscrições de parede cobriram várias regiões do Alto e Baixo Ribatejo, zonas de Torres Vedras e de Sintra.

Denunciando as arbitrariedades do governo contra a direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, o Partido Comunista Português, através da Direcção Regional de Lisboa, distribuiu cerca de 20.000 manifestos em toda a região de Lisboa, Alto e Baixo Ribatejo e Oeste.

Nesta campanha de solidariedade a que também se associaram a C.D.E. de Lisboa, os democratas do Porto e de outras localidades, as falsas razões invocadas pelo governo e a ilegalidade das suspensões são amplamente desmascaradas pelos trabalhadores e democratas. A legislação sindical fascista apareceu como contrária aos interesses vitais dos trabalhadores e o decreto-lei 502/70 (que permite as suspensões de direcções sindicais eleitas e representativas dos dois trabalhadores) foi denunciado como contrário aos termos da própria Constituição fascista.

A censura: uma arma contra os trabalhadores

Mas o governo continua a ocultar, a falsificar, a reprimir. A cerca da vida sindical, apenas têm as boas graças dos censores fascistas e é dado o maior relevo nos jornais e outros meios de informação notícias como o C.C.T. dos conserveiros e outros além das portarias em que a voz dos trabalhadores não foi ouvida e em que as miseráveis regalias concedidas servem apenas os interesses patronais e a política demagógica do governo. Por isso não foi publicada a resposta dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, apesar destes terem usado dum direito que a própria lei fascista lhes confere. Tiveram a mesma sorte os comunicados de protesto e solidariedade dos 23 sindicatos e as acções solidárias e combativas dos trabalhadores.

A censura continua a ser uma arma poderosa nas mãos do governo fascista, ao serviço dos exploradores. Por todos os meios ao seu alcance, os trabalhadores devem prosseguir e intensificar a luta contra a censura e pelo direito de livre informação.

Réplica decidida às manobras do patronato e à intimidação policial

Anunciando trabalho extraordinário no dia marcado para a Assembleia Geral dos estivadores, carregadores e descarregadores do porto de Lisboa, o patronato procurou entrar a discussão do novo C.C.T.. Mas os operários responderam à manobra recusando-

-se a trabalhar depois das 17 horas. Mais de 1.500 associados estiveram presentes na Assembleia, discutiram e aprovaram o novo Contrato.

No S. Nac. dos empregados de escritório do Porto, a resposta ao pedido dos sócios para que fossem permitidas reuniões 2 dias por semana em vez de um, foi a proibição pura e simples de reuniões a fim de impedir que os trabalhadores realizem eleições para a direcção. Porém, estes reagiram reunindo no átrio.

A PIDE-DGS proibiu, intimidando, a cedência da sala mais ampla duma colectividade para a reunião da Assembleia Geral dos empregados de escritório de Lisboa e não autorizou a instalação sonora. Apesar disso, estiveram presentes cerca de 1.000 trabalhadores apinhados numa pequena sala.

Eleger, apoiar e defender direcções sindicais representativas

No Sindicato Nacional dos Ferroviários do Sul (Oficinas e Armazéns Gerais), mais uma vez o governo e a C.P. apareceram de mãos dadas manobrando nas costas dos ferroviários. Aos elementos componentes da lista da classe foi exigido um documento comprovativo de que «não são contrários à existência de Portugal como Estado independente» (!) a ser passado pelos presidentes das Câmaras respectivas. Depois disto, a Assembleia marcada para as eleições foi também adiada arbitrariamente. Tal não impediu, porém, que 500 ferroviários se juntassem no Sindicato. Fazendo o jogo do governo e da C.P., como fiel rafeiro, o presidente informou a classe que as listas apresentadas não estavam em ordem.

Em luta contra o espartilho corporativista, dispostos a lutar por uma direcção da sua confiança, enérgica e combativa, estão igualmente outros sectores profissio-

nais. Num manifesto à classe médica, intitulado «Por um verdadeiro sindicato médico», 100 internos do Hospital dos Capuchos denunciam as direcções anteriores da Ordem dos Médicos que quase se limitaram a aceitar as imposições governamentais desprezando os interesses da classe que diziam representar.

Pelo reforço da acção sindical à escala nacional

A par da sua acção solidária com os metalúrgicos de Lisboa, numerosas direcções sindicais, sob a pressão dos trabalhadores, reforçam entre si os laços de cooperação e denunciam a legislação sindical fascista como contrária aos interesses dos trabalhadores.

Em várias reuniões e documentos ao presidente do Conselho e às autoridades corporativas, dezenas de direcções tomam posição sobre as reivindicações fundamentais dos trabalhadores: direito de livre associação, de reunião e de informação; revogação dos decretos que permitem a suspensão ou dissolução dos sindicatos e a destituição das direcções eleitas; supressão da homologação ministerial para as Convenções Colectivas de Trabalho; direito à greve, etc.

Estas reivindicações têm sido ultimamente gritadas por milhares de trabalhadores e democratas. Elas podem e devem mobilizar a classe operária e todos os trabalhadores em torno de direcções sindicais honestas, para a conquista da liberdade sindical.

**O «AVANTE!»
Não se destrói!**

A voz do Partido da classe operária deve chegar às empresas, ao campo, aos quartéis, às escolas.

Contribui para a sua difusão!



(A LEI DE MEIOS PARA 1971)

ASPECTOS DA SITUAÇÃO ECONÓMICA EM 1970

Perspectiva de lutas para 1971

No Relatório da Lei de Meios para 1971, além de se traçar a política económica e financeira do governo para o referido ano faz-se uma pretensa análise da conjuntura económica nos primeiros 8 meses de 1970. O mais típico aspecto desta pretensa análise, é a vaguidade dos termos em que é feita.

Nem tudo porém, pode o Governo esconder. Por agora referir-nos-emos apenas a três aspectos da conjuntura económica de 1970: balança comercial, subida do custo de vida e despesas militares.

O aumento do défice da balança comercial reflecte a crescente incapacidade da economia portuguesa

A mais saliente característica revelada pela evolução da economia portuguesa nos primeiros 8 meses de 1970 foi a incapacidade da produção nacional para fazer face às necessidades do consumo da população, foi o baixo nível de investimento. Embora veladamente, o Governo confesse tal facto ao dizer na Lei de Meios que «a oferta interna não mostrou capacidade para acompanhar todas as solicitações» da procura, afirmando a seguir: «Por um lado, a capacidade física instalada foi insuficiente para permitir maiores aumentos de produção, o que em parte se deve à insuficiência dos investimentos realizados nos últimos anos em vários sectores. Por outro lado, os aumentos da procura incidiram em larga proporção sobre bens não produzidos em Portugal». Mas, muito melhor do que esta confissão, o enorme aumento do défice da balança comercial nos primeiros 8 meses deste ano e a continuação da subida dos preços revelam a crescente incapacidade do regime fascista, agora dirigido por M. Caetano, para resolver os problemas económicos mais prementes.

Na verdade, pode prever-se com segurança que o ano de 1970 venha a ser o do maior défice da balança comercial de todos os tempos, não sendo anedótico calculá-lo em cerca de 15 milhões de contos.

Esta brusca subida de um défice já antes volumoso (10 milhões de contos em 1965; 11.600 mil em 1966; 10.500 mil em 1967; 11.900 mil em 1968; e 11.700 mil em 1969) põe mais uma vez a nu a incapacidade do regime e do governo fascista para resolver um só dos grandes problemas nacionais.

Não se pretende dizer que todas as consequências económicas de qualquer défice da balança comercial sejam necessariamente negativas (tanto depende do que se importa e para quê), mas a causa profunda destes volumosos, sistemáticos e crescentes défices da balança comercial portuguesa, é essa, insuficientemente negativa: fraco desenvolvimento económico do país, fruto dum política económica antinacional dos sucessivos governos da ditadura fascista.

A persistência e agravamento destes défices colocam a economia portuguesa numa situação de dependência cada vez maior das economias dos países imperialistas mais desenvolvidos: na dependência para a satisfação das necessidades internas e na dependência para a cobertura financeira de tais défices.

O custo de vida continua a subir

Outra das características dominantes da conjuntura económica de 1970, ligada à incapacidade da economia portuguesa para satisfazer as necessidades da procura, foi a continuação da subida do custo de vida. Os aumentos de preços continuaram a ser tais que o próprio Governo se viu obrigado a declarar na Lei de Meios que «as providências adoptadas para contrariar as tendências da subida de preços não produziram ainda resultados satisfatórios». Efectivamente, os preços ao consumidor, segundo as estatísticas oficiais,

tinham subido (em números redondos) 7% em Lisboa e Évora, 5% em Viseu e Faro, e 4% no Porto e Coimbra. Que a subida dos preços prosseguiu nos últimos meses do ano, toda a gente o sabe. É a perspectiva imediata é que continuem a subir.

1970 — novo e grande aumento das despesas militares

Sendo hoje claro para grande parte do nosso povo que as guerras coloniais têm sido, nos últimos 10 anos, uma das principais causas do atraso das forças produtivas e continuando sendo, neste momento, um dos maiores entraves ao desenvolvimento da economia nacional, o Governo pretende, com palavras ambíguas e demagógicas, lançar uma cortina de fumo para esconder tal realidade. Com este objectivo diz-se no Relatório da Lei Meios para 1971 que «é propósito do Governo fixar em nível elevado as despesas públicas em formação de capital, a realizar em 1971, atribuindo-lhes o primeiro lugar na ordem de precedência das despesas orçamentais, em paralelo com os encargos de defesa nacional». Independentemente de ser objectivo fundamental do Governo desenvolver o capitalismo monopolista do Estado, é evidente que tal afirmação não passa da mais descarada demagogia. Basta observar o que acaba de passar-se com as despesas militares e com o investimento para se concluir da impossibilidade da realização prática de tal propósito. Efectivamente, as despesas militares que em 1969 se cifraram em 11.830 mil contos foram no primeiro semestre desse ano de 4.723 mil contos, enquanto no primeiro semestre de 1970 foram já de 6.733 mil contos, isto é, aumentaram 41%, enquanto as despesas de investimento aumentaram, no mesmo período, apenas 27,4% (passando de 1.939 mil contos para 2.472 mil contos, tendo sido o investimento com fins económicos de apenas 1.270 mil contos). A simples observação da enorme diferença de nível de tais despesas e ainda o diferente ritmo de crescimento de umas e outras revela imediatamente o carácter mentiroso e demagógico da afirmação do Governo.

O que na verdade estes números permitem desde já prever com segurança é que 1970 se caracterizará por um brusco agravamento das despesas militares.

Uma previsão e uma perspectiva de luta para 1971

É de prever que no próximo ano aumentem as despesas militares. O aumento de outras despesas públicas com incidências inflacionistas está igualmente previsto, como previsto está, na Lei de Meios para 1971, o aumento dos impostos indirectos. A dívida pública aumentará também. É de prever que no próximo ano aumentem os super-lucros dos monopolistas dada a intensificação da política económica e financeira de protecção aos monopólios anunciada pelo Governo nesta Lei de Meios. É de prever que no próximo ano, a confirmarem-se as perspectivas de uma reacção económica na Europa Ocidental, aumentem a emigração e as remessas de emigrantes, assim como aumentem as receitas do turismo. Prevê-se para o próximo ano um incremento do surto inflacionista nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, e que este surto inflacionista venha agravar a inflação interna através das previsíveis importações máficas.

É de admitir como altamente provável que o ano de 1971 se venha a caracterizar por uma súbita e drástica subida de preços, como aconteceu em fins de 1968 e primeira metade de 1969, a que a classe operária e as massas trabalhadoras tiveram de fazer frente desencadeando grandes lutas por aumento de salários.

O Governo conhece tal perspectiva e está disposto a fazer-lhe frente com uma política de congelamento de salários. Na verdade o Ministro da Economia e Finanças, Dias Rosa,

na sua última conferência de imprensa (em 20/11/70) afirmou que «as altas de salários (...) não poderão ser incentivadas, em obediência às exigências da estabilidade». Isto é, o Governo pretende, com a inflação, financiar em parte as guerras coloniais e aumentar os super-lucros dos monopólios à custa da maior exploração da classe operária e de todos os trabalhadores.

Frente a esta ofensiva do patronato e do Governo, a classe operária e todos os trabalhadores, fortalecidos com a melhor organização do nosso Partido, fortalecidos com a experiência das lutas passadas, particularmente as de fins de 1968 — princípios de 1969, fortalecidos com a mais extensa organização das Comissões de Unidade nas empresas, fortalecidos com as novas posições conquistadas pelo movimento sindical, farão frente ao Governo e ao patronato, quer através de poderosas lutas nas empresas e nos sindicatos, lutas de carácter local, regional e até nacional, por aumento de salários e outras regalias, quer através de lutas capazes de mobilizar as mais largas camadas da população contra a carista de vida.

As organizações do Partido cabe prever e reconhecer a tempo o surto das melhores condições objectivas para guiar os trabalhadores em novas e poderosas lutas de massas.

As organizações do Partido e todos os trabalhadores conscientes devem preparar-se desde já para intensificarem as lutas por aumento de salários e outras regalias, e para encontrarem as formas orgânicas mais adequadas a cada situação a fim de incrementar a luta contra a carista de vida.

Todas estas lutas incrementarão as campanhas políticas em curso e deverão ser aproveitadas ao máximo para a consciencialização política da classe operária e de todos os trabalhadores e, por consequência, para o alargamento e reforço da organização do Partido e das organizações unitárias dos trabalhadores.

Assim se irá engrossando a torrente revolucionária na perspectiva do levantamento nacional que há-de derrubar o fascismo.

CIRCO DE MOSCOVO

— Os aplausos de dezenas de milhares de expectadores traduziram uma viva aspiração do povo português: intercâmbio cultural com os países socialistas —

Em salas superlotadas, durante sucessivas semanas de actuação em Lisboa, o Circo de Moscovo foi entusiasticamente aplaudido e foi motivo de elogiosas referências na imprensa pela crítica.

Todo o país queria ver e ovacionar o famoso e incomparável Circo de Moscovo. Numerosas excursões organizadas em vários pontos do País — Alpiarça, Santarém (2 vezes), Caldas (3), Nazaré, Leiria (3), T. Vedras (3), Peniche, entre as que se conhecem — levaram ao Coliseu de Lisboa milhares de portugueses ansiosos por encontrar e conhecer o povo soviético. Os Nazarenos, com trajos regionais, deslocaram-se ao palco e ofereceram lembranças aos artistas soviéticos.

No dia 7 de Novembro — aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro — foi significativa a grandiosa ovação prestada à companhia. Referindo-se à festa nacional do seu País, o director artístico fez votos para que se estreitassem os laços de amizade e intercâmbio cultural entre os dois povos.

O caloroso acolhimento dado pelos portugueses ao Circo de Moscovo deveu-se sobretudo ao profundo sentimento de carinho e admiração que o povo português nutre pelo povo soviético, pioneiro do socialismo no mundo, e ao seu anseio de que um vasto intercâmbio cultural se estabeleça quanto antes entre os dois países.

COMUTADAS AS PENAS DE MORTE CONTRA OS PATRIOTAS BASCOS

Uma vitória do povo espanhol

Num desafio à consciência de toda a humanidade progressista, as autoridades franquistas tentaram perpetrar um novo hediondo crime contra o povo espanhol. Mas desta vez o seu braço assassino foi manietado. Contra todo o jogo de ilegalidades, falsas acusações e prepotências que rodearam o infundável julgamento-farsa de 16 patriotas bascos no Tribunal de Burgos ergueu-se indomável todo o povo de Espanha e a acção solidária das forças progressistas do mundo inteiro.

O governo e as autoridades franquistas temeram desencadear a cólera geral. Tinham ainda na memória a grande jornada nacional de luta pela Amnistia de 3 de Novembro, assinalada por grandes acções de massas nos principais centros do país: grandes concentrações em Madrid, Barcelona e outras cidades, greves de 24 horas nos principais centros operários, greve geral nas Universidades de Madrid e Barcelona, entre outras.

Encenando umas tantas manifestações de apoio ao regime, o governo franquista ainda procurou mascarar o seu verdadeiro isolamento e o ódio popular, como

que a medir forças para o golpe final. Porém, as primeiras reacções populares às violentas condenações proferidas pelo Tribunal Militar de Burgos — 9 sentenças de morte e penas de prisão totalizando 351 anos — ameaçadora manifestação de silêncio do povo basco no dia da sentença e a greve de dezenas de milhar de operários de Bilbao e S. Sebastian por si só soaram como um sinal de alarme para a ditadura franquista. O medo e não a clemência forçou-a a recuar: cada sentença de morte foi comutada para 30 anos de prisão.

Foi um sucesso da classe operária, do povo espanhol e dos patriotas bascos com o qual o povo português tem redobradas razões de regozijar-se. Porque as vitórias do povo espanhol contra o regime de Franco favorecem a luta do povo português contra a ditadura fascista de M. Caetano, tal como as vitórias do povo português favorecem a luta do povo espanhol contra o regime de Franco. Porque as vitórias dos 2 povos enfraquecem a aliança entre as duas odiadas ditaduras fascistas contra os povos respectivos.